"RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA SAGRADA FAMÍLIA, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica reconhecida de utilidade pública municipal a ASSOCIAÇÃO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA SAGRADA FAMÍLIA < CNPJ sob n° 27.319.773/0001-91, localizado na Rua Ouro Verde, Qd. 69, Lt. 02, CEP 75.064-615 – Vila Jaiara, fundada em 31 de janeiro de 2.017 e, registrada no 2° Tabelionato de Notas – Bel. Amaury Gérin de Amorim – Anápolis – Goiás.

Art. 2º. A entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal de Anápolis, até 15 de julho do exercício subsequente, para devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I- relatório anual de atividades do exercício anterior;

II- atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso II, do art. 2º da Lei nº 4.105/20:

III- balancete contábil.

Art. 3°. A ASSOCIAÇÃO DE ATENDIMENTO CRIANÇA FAMÍLIA fica assegurada todas as vantagens, prerrogativas, isenções e outros benefícios da legislação vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 2.023.

Domingos Paula de Souza = VEREADOR =

Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio, Q 50, L 14 Bairro Jundiai, Anápolis-go CEP: 75110-330 anapolis.go.leg.br



JUSTIFICATIVA

A entidade em questão, doravante denominada de associação, de caráter civil, pessoa jurídica de direito privado, denominação católica, beneficente na área civil, filantrópica, e sem fins lucrativos, que vem prestando relevantes serviços à toda comunidade de nosso Município.

Importante ressaltar que a Associação, tem como objetivo e finalidades, abrigar crianças de 1 a 6 anos cujas, as mães têm rendimento até um salário mínimo, atende sem qualquer distinção, preconceito e discriminação, cuidando de crianças e prestando serviços de alimentação, educação moral, cívica e religiosa, segurança e lazer.

Portanto, o trabalho desenvolvido por essa entidade é de grande importância e com isto o reconhecimento de sua relevância através do reconhecimento como entidade de utilidade pública se reveste de grande importância.

Posto isto, na exposição retro mencionada, solicitamos o apoio dos nobres pares desse Legislativo para apreciação e aprovação desse importante Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 2.023.

Domingos Paula de Sonza